

VOTO GC-5

PROCESSO: TCE-RJ Nº 248.160-8/23
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO
INTERESSADO: FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA. - FRICARD

VOTO-VISTA

REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA E MONITORAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO.

INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA TCE-RJ Nº 13. ESTIPULAÇÃO DE REQUISITO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL QUE DEMANDA DOS LICITANTES A COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO PRÉVIA DE SERVIÇO EM MONTANTE SUPERIOR A 50% DO QUANTITATIVO LICITADO.

POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE EFETIVO PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE. ART. 147 DA LEI Nº 14.133/21 E ART. 20 DA LINDB.

PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. COMUNICAÇÃO COM DETERMINAÇÕES.

Trata-se de Representação formulada pela sociedade empresária **FRIBURGO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADMINISTRADORA DE CARTÕES E BENEFÍCIOS LTDA. - FRICARD**, versando sobre

possíveis irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, que tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do Município de Nova Friburgo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, no valor total estimado de R\$ 15.083.125,60 (quinze milhões, oitenta e três mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos), com **PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR**.

Em 22/09/2023, o Conselheiro-Relator Márcio Henrique Cruz Pacheco proferiu decisão monocrática nos seguintes termos:

I. Pelo CONHECIMENTO desta Representação, face o atendimento aos pressupostos de admissibilidade e legitimidade, nos termos do art. 108, VI, e 109 e seus incisos c/c art. 74 do RITCERJ;

II. Pelo DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA, nos termos do disposto no artigo 149 do RITCERJ, determinando ao atual Secretário Municipal de Governo de Nova Friburgo que **suspenda o procedimento licitatório** conduzido nos autos do Edital Pregão Eletrônico nº 157/2023, no estado em que se encontra, **abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato**, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento;

III. Pela COMUNICAÇÃO, por meio de Técnico de Notificações, sem prejuízo do envio por meio eletrônico, ao atual Secretário Municipal de Governo do Município de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência da presente Representação e, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, apresente os devidos esclarecimentos acerca das alegações da Representante;

IV. Pela COMUNICAÇÃO, por meio de Técnico de Notificações, sem prejuízo do envio por meio eletrônico, ao atual Prefeito do Município de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência desta decisão;

V. Pela COMUNICAÇÃO ao titular do Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de **responsabilidade solidária**, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

VI. Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO à Representante, para que tome ciência desta decisão, nos termos do art. 110 do RITCERJ;

VII. Pela DETERMINAÇÃO à Subsecretaria das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do Jurisdicionado, a fim de que, na forma prevista no art. 149 c/c art. 17, § 3º, do RITCERJ, se pronuncie, **no prazo do item III**, acerca das irregularidades suscitadas pela Representante, encaminhando os elementos necessários; e

VIII. Pela REMESSA à Secretária-Geral de Controle Externo – SGE, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, manifeste-se nos autos, nos termos em que entender cabíveis, com posterior remessa ao Ministério Público de Contas - MPC, retornando-se posteriormente os autos a este Gabinete.

Em decorrência, foram apresentados esclarecimentos pelo jurisdicionado por meio dos Documentos TCE-RJ nº 21.817-4/23 e 22.220-2/23.

De forma concomitante, foi apresentado recurso de agravo pela sociedade empresária RioCard Tecnologia da Informação S.A., por intermédio do Documento TCE-RJ nº 21.939-8/23, que foi objeto de **conhecimento e não provimento** na sessão plenária de 06/12/2023.

Em seguida, após análise dos autos, a CAD-GOVERNANÇA apresentou a seguinte proposta de encaminhamento:

Considerando o Conhecimento desta peça administrativa na Decisão Plenária de 22/09/2023;

Considerando o Deferimento da Tutela Provisória na Decisão Plenária de 22/09/2023;

Considerando que o Pregão Eletrônico nº 157/2023 encontra-se suspenso, até a análise de mérito desse processo;

Considerando que apenas duas empresas apresentaram lances para o Pregão Eletrônico nº 157/2023;

Ex positis, sugerimos:

I – **CONFIRMAÇÃO** da Tutela Provisória concedida na decisão monocrática de 22/09/2023;

II – **PROCEDÊNCIA** da representação;

III – **COMUNICAÇÃO** ao atual Secretário Municipal de Governo de Nova Friburgo e ao atual Prefeito do Município de Nova Friburgo, com espeque nos artigos 15, inciso I c/c o 112, do RITCERJ, para que adotem as medidas abaixo delineadas, no prazo a ser definido pelo Plenário, comprovando tais medidas a esta Corte de Contas, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento:

a) Proceda à **ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 157/2023, com a adequada publicidade da anulação do referido certame, divulgando no seu Portal de Transparência e no Comprasnet, bem como atualize os dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS) do TCE-RJ, conforme disposto nas Deliberações TCE-RJ nº 281/2017 e 312/2020; **OU**

b) Proceda à **ANULAÇÃO** de todas as fases do Pregão Eletrônico nº 157/2023 que sucederam sua publicação, com a devida adequação das cláusulas editalícias atacadas por esta representação e reinício da contagem do prazo previsto para o recebimento das propostas, publicando o aviso com as novas datas em diário oficial e jornal diário de grande circulação, inicialmente utilizados para a divulgação, bem como no portal eletrônico do Município, conforme art. 4º, incisos I a V, da Lei nº 10.520/02;

IV – **COMUNICAÇÃO** ao atual responsável pela Unidade Central de Controle Interno/Auditoria Interna da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, com espeque no artigo 15, inciso I c/c o 111, §5º, do RITCERJ, para que tome ciência da decisão dessa Corte de Contas e acompanhe o atendimento ao item III dessa proposta de encaminhamento;

VI – **COMUNICAÇÃO** ao Representante, com espeque no artigo 15, inciso I c/c o 106, do RITCERJ, para que tome ciência da decisão proferida;

O Ministério Público Especial acompanhou integralmente a proposta formulada pelo corpo instrutivo.

Na sessão plenária de 19/06/2024, o Conselheiro-Relator Márcio Henrique Cruz Pacheco apresentou voto **divergindo** do corpo técnico e do *Parquet* de Contas, nos moldes que seguem:

I. Pela **PROCEDÊNCIA** da presente Representação, em face da análise ora realizada, nos termos do art. 111 do RITCERJ;

II. Pela **CONFIRMAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** concedida na Decisão Monocrática de 22.09.23, autorizando o prosseguimento do procedimento licitatório;

III. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Secretário Municipal de Governo do Município de Nova Friburgo, nos termos do art. 15, I16, do RITCERJ, para que tome ciência desta decisão e para que em licitações futuras, atenda as **DETERMINAÇÕES** seguintes, sendo certo que a verificação do seu cumprimento poderá ser objeto de Controle Externo a cargo deste Tribunal em futura Auditoria Governamental:

III.1. Elabore os editais de licitações com extrema cautela e atenção, visando evitar o cometimento de erros e divergências de informações que possam causar dificuldades de interpretação e comprometer a legalidade do procedimento licitatório;

III.2. Limite a exigência de comprovação de capacidade técnica dentro do limite de até 50%, nos termos da Súmula nº 13/23 desta egrégia Corte de Contas. Excepcionalmente, quando for necessária e obrigatória a comprovação de percentuais que extrapolem o limite estabelecido, é imprescindível que seja previamente justificada e tecnicamente fundamentada.

IV. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal Nova Friburgo, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o art. 53, IV, e art. 55 da Lei Complementar nº 63/9017;

V. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito do Município de Nova Friburgo, nos termos do art. 15, I, do RITCERJ, para que tome ciência desta decisão;

VI. Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, nos termos do art. 15, I, c/c art. 110 do RITCERJ, para ciência desta decisão; e

VII. Pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos, tendo em vista que a aferição do cumprimento das determinações poderá ser efetuada em momento posterior sem qualquer prejuízo à efetividade da decisão definitiva.

Naquela oportunidade, para maior aprofundamento da matéria, solicitei e me foi concedida vista dos autos, nos termos do art. 274 e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

É O RELATÓRIO.

Rememoro, preliminarmente, que a representação versa sobre possíveis irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, que tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do Município de Nova Friburgo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, no valor total estimado de R\$ 15.083.125,60 (quinze milhões, oitenta e três mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

Na peça vestibular, a representante noticiou, em resumo, a possível ocorrência das seguintes irregularidades:

- (i) Itens do Edital que impedem a participação de várias empresas do segmento de transporte, incluindo o Representante – itens 7.4, 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital;
- (ii) Divergência no Edital quanto aos valores de proposta – item 12.7.1;
- (iii) Erro material do Edital, diante da ausência do item 2.5 informado no item 6.5;
- (iv) Exigência de parcela de maior relevância acima do permissivo legal – item 11.10.1.2.

No voto submetido pelo i. Conselheiro-Relator à apreciação do corpo deliberativo na sessão plenária de 19/06/2024, foram consideradas presentes as irregularidades noticiadas, de acordo com os fundamentos ali expostos, razão pela qual foi proposto o julgamento pela **procedência** da representação, em linha com as instâncias instrutivas.

De outra banda, o i. Relator **deixou de acompanhar** a proposta formulada pela CAD-GOVERNANÇA e canceladas pelo *Parquet* de Contas que opinavam por direcionar determinação de anulação do Pregão Eletrônico nº 157/2023, ou a anulação de todas as fases que sucederam a sua publicação, com adequação das cláusulas editalícias atacadas por esta representação.

Processo: 5561/23
Data: 05/08/23
Fl.: 1700 Rubrica: 0

Extraí-se do voto apresentado ao colegiado que o i. Relator considerou, por um viés consequencialista e ponderando o caso concreto com as disposições do art 147 da Lei 14.133/21 e dos arts. 20 e 21 da LINDB, que as impropriedades apuradas não representaram efetivo prejuízo na prática, e que a anulação poderia se mostrar mais danosa para o interesse público.

Nessa linha, o voto destacou, dentre outros pontos, os custos para realização de nova licitação (art. 147, X, Lei nº 14.133/21) e a relevância do objeto pretendido, bem como a informação, presente no subitem 4.1 do edital, de que o serviço vem sendo prestado com fundamento em contrato emergencial em vigor, entabulado perante o MM. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo com a interveniência do Ministério Público Estadual.

Pois bem.

Examinando detidamente a questão posta nos autos, considero que **deve prosperar** o encaminhamento proposto ao plenário pelo Conselheiro-Relator, com **um acréscimo** que será oportunamente esclarecido a seguir.

No que concerne à **primeira** irregularidade denunciada - *Itens do Edital que impedem a participação de várias empresas do segmento de transporte, incluindo o Representante – itens 7.4, 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital* -, mostra-se relevante pontuar que a questão foi judicializada, com a subsequente suspensão das exigências em decorrência da concessão de tutela provisória no âmbito do Processo nº 0808255-89.2023.8.19.0037.

É de se identificar, portanto, que a questão foi objeto de decisão por parte do poder judiciário, e que seu teor foi devidamente observado pelo ente licitante, de modo que os referidos itens editalícios não representaram prejuízo à competitividade no caso concreto *sub examine*.

Quanto ao **segundo** e **terceiro** pontos - *Divergência no Edital quanto aos valores de proposta – item 12.7.1 e Erro material do Edital, diante da ausência do item 2.5 informado no item 6.5* – é possível constatar que o jurisdicionado reconheceu os equívocos, pontuando, entretanto, que as informações corretas poderiam ser identificadas no próprio edital. Como exemplo, destacou que o valor estimado correto do certame constava no preâmbulo do instrumento convocatório, na Planilha Orçamentária presente no Anexo II, bem como no sistema Comprasnet, plataforma na qual ocorreu o processamento do certame.

Processo: 5569/21
Data: 05/08/20
Fl.: 1701 Rubrica 2

Assim, em que pese configuradas as impropriedades denunciadas, levando à procedência da representação quanto ao ponto, impende reconhecer que se tratam meramente de vícios materiais e que podem ser **superados**, em linha com o entendimento expresso no voto do i. Relator.

No que diz respeito à **quarta** irregularidade - *Exigência de parcela de maior relevância acima do permissivo legal – item 11.10.1.2 -*, considero que o tema foi **bem enfrentado** pelas instâncias instrutivas e pelo i. Relator.

Sobre o tema, cumpre lembrar a consolidada jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, no sentido de que a comprovação da qualificação técnico-operacional, desde que limitada às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, **não pode exceder 50% dos montantes licitados**, à exceção de casos excepcionais devidamente justificados, com o intuito de evitar excessiva restrição do caráter competitivo. Nessa linha, confirmam-se os seguintes julgados:

A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as **parcelas de maior relevância e valor significativo**. Como regra, **os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base**, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação. **Acórdão 1251/2022-2ª Câmara** | Relator: ANDRÉ CARVALHO

Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional dos licitantes, **não cabe exigir atestados com quantitativos mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens da obra ou do serviço licitado, limitada a comprovação aos itens de maior relevância técnica e valor significativo do objeto a ser contratado**, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo administrativo relativo à licitação. **Acórdão 1851/2015-Plenário** | Relator: BENJAMIN ZYMLER

A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as **parcelas de maior relevância e valor significativo**. Como regra, **os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base**, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação. **Acórdão 244/2015-Plenário** | Relator: BRUNO DANTAS (Grifou-se)

O mesmo entendimento é adotado no âmbito desta Corte de Contas, encontrando-se sedimentado com a edição da Súmula TCE-RJ nº 13, que possui o seguinte teor:

Processo: 5569/24
Data: 05/08/24
FI.: 1302 Rubrica —

SÚMULA TCE-RJ Nº 13: Nos editais de licitação, caso haja exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de certificado no qual conste referência a quantitativos mínimos, tal exigência deve ser **limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado e não pode ser superior a 50% do quantitativo pretendido**, salvo justificativa específica e tecnicamente fundamentada. (Grifei)

Quando da edição da súmula, no bojo do Processo TCE-RJ nº 107.660-8/22, foram elencados pela Secretaria-Geral de Controle Externo diversos precedentes desta Corte de Contas nessa linha, podendo-se citar, a título exemplificativo, aqueles exarados nos Processos TCE-RJ nº 101.758-6/17, 227.790-7/18, 216.517-4/19, 203.308-5/21, 251.384-5/21, 250.957-1/21, 225.455-4/22, 221.284-5/22, 224.133-1/22 e 224.562-6/22.

Apresentado tal contexto, é possível concluir que a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional deve observar, **cumulativamente**, dois requisitos: **(i)** limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto; e **(ii)** não ultrapassar 50% do quantitativo licitado.

No caso concreto, constato que o edital trouxe as seguintes exigências de qualificação técnica:

11.10 – Da Capacidade Técnica

11.10.1 - A documentação relativa à qualificação técnica do licitante se comprovará mediante a apresentação de certidões de acervo técnico e/ou atestado, observada as seguintes condições:

11.10.1.1 - Ser fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado.

11.10.1.2 - No caso de CONSÓRCIO, de pelo menos um membro do CONSÓRCIO considerado isoladamente, em pelo menos 1 (uma) das atividades a seguir:

a) Processamento de transações por meios de pagamentos eletrônicos envolvendo, no mínimo, 15.000 (quinze mil) transações diárias, em média, considerando 6 (seis) meses de operação;

b) Processamento de transações de sistemas de bilhetagem eletrônica, que observe, no mínimo, um volume médio diário de 15.000 (quinze mil) transações de uso ou recarga do cartão eletrônico, num período de 6 (seis) meses;

c) O mesmo volume médio diário de 15.000 (quinze mil) transações financeiras, considerando o prazo de 6 (seis) meses, envolvendo gestão de hardware e software de equipamentos de ATM e operação de pontos de venda (POS);

d) Serviços de instalação, manutenção, suporte, operação e supervisão em sistemas de Tecnologia da Informação que operem com, no mínimo, um volume médio diário de 30.00 (Trinta mil) transações por 6 (seis) meses;

e) Comprovar qualificação técnica do licitante, ou, no caso de CONSÓRCIO, de pelo menos um membro do CONSÓRCIO, com experiência no monitoramento de frota e controle de

quilometragem rodada em sistema com, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) veículos.
(Grifou-se).

Examinando a alínea “e” do subitem 11.10.1.2, objeto da denúncia *sub examine*, identifica-se, em resumo, que o requisito demanda a comprovação de experiência no monitoramento de frota e controle de quilometragem rodada em sistema com, no mínimo, **150 (cento e cinquenta) veículos**, em que pese ser possível extrair da planilha orçamentária e das informações prestadas pelo jurisdicionado que **a frota de coletivos em Nova Friburgo conta com 138 (cento e trinta e oito) veículos.**

Mostra-se flagrante, nesse cenário, que **a exigência não observou o entendimento consolidado desta Corte de Contas na Súmula TCE-RJ nº 13, uma vez que demandou a comprovação de execução prévia de quantitativo em muito superior a 50% do quantitativo licitado.**

Muito embora o jurisdicionado tenha alegado que a exigência se insere na exceção prevista na parte final da Súmula nº 13, no sentido de que o limite poderia ser superado em caso de justificativa específica e tecnicamente fundamentada, é possível identificar, em linha com o exame promovido pela CAD-GOVERNANÇA, que **o edital não contou com qualquer justificativa sobre o tema.**

Nesse contexto, em que pese a alegação de que o ponto estaria devidamente fundamentado no item 4 do Edital, que apresenta a justificativa do objeto licitado, a sua leitura atenta revela que **não há qualquer menção ao requisito de qualificação técnica sob escrutínio.**

Assiste razão, ademais, à CAD-GOVERNANÇA, ao afirmar que, apesar da aparente natureza alternativa das exigências estipuladas no subitem 11.10.1.2, indicando que os licitantes deveriam comprovar apenas uma delas, **tal condição não isenta a necessidade de que todos os requisitos observem a legislação e os entendimentos jurisprudenciais sobre o tema.**

Conclui-se, diante de todo o exposto, que **a exigência entabulada descumpriu frontalmente o teor da Súmula nº 13 do TCE-RJ.**

Em razão desse cenário, e aqui reside a questão central que justifica a apresentação do presente voto-vista, entendo que a inobservância da Súmula nº 13 do TCE-RJ e do entendimento consolidado do TCU reveste-se de elevada gravidade, demandado o chamamento do jurisdicionado por meio de **NOTIFICAÇÃO**, para que apresente razões de defesa, garantido o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, alertando-o quanto à possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar nº 63/90.

Processo: 5561/24
Data: 05/08/24
Fl.: 774 Rubrica a

Diante de todas as considerações lançadas, entendo que deve prosperar a conclusão do i. Relator no sentido do julgamento pela **procedência** da representação, com a **confirmação da tutela provisória** anteriormente deferida e direcionamento de **comunicação** com determinações, reportando-me às bem lançadas considerações lançadas em seu voto, em acréscimo às ponderações ora traçadas.

No que diz respeito à proposta das instâncias instrutivas de determinar a anulação do certame, ou a anulação de todas as fases que sucederam a sua publicação, com adequação das cláusulas editalícias atacadas por esta representação, **entendo, de forma excepcional, pela possibilidade de prosseguimento do certame**, com fundamento no art. 20 da LINDB¹ e no art. 147 da Lei nº 14.133/21², em linha com a posição albergada no voto proferido pelo Conselheiro-Relator.

Tenho a ponderar, sobre o tema, que o edital foi originalmente publicado em 24/07/2023, há quase um ano, e até o momento não houve a conclusão do certame, em que pese as notícias de que o serviço vem sendo prestado com fundamento em contrato emergencial em vigor, entabulado perante o MM. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo com a interveniência do Ministério Público Estadual, como destacado pelo Conselheiro-Relator.

Por fim, considerando que será direcionada notificação ao jurisdicionado, deixo de acompanhar a proposta de arquivamento do feito elaborada pelo i. Conselheiro-Relator.

Assim, à luz das considerações acima expostas, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o corpo instrutivo, com o Ministério Público de Contas e com o voto do Conselheiro-Relator, e

¹ Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

² Art. 147. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
III - motivação social e ambiental do contrato;
IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Parágrafo único. **Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.**

Processo: 5569/24
Data: 05/08/24
Fl.: 1705 Rubrica 0

VOTO:


I – pela **PROCEDÊNCIA** da representação, com a **confirmação da tutela provisória** anteriormente deferida, em razão dos fundamentos expostos neste voto e no voto submetido ao corpo deliberativo pelo i. Conselheiro-Relator;

II – pela **NOTIFICAÇÃO** ao Sr. Rodrigo Jardim Ascoly, Secretário Municipal de Governo de Nova Friburgo, nos termos regimentais, para que apresente defesa em razão da inobservância da Súmula nº 13 do TCE-RJ, tendo em vista a estipulação de exigência de qualificação técnica (subitem 11.10.1.2, alínea “e” do edital do Pregão Eletrônico nº 37/2023) que exigiu dos licitantes a comprovação de execução prévia de serviço em montante superior a 50% do quantitativo licitado;

III - pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Nova Friburgo e ao atual Secretário Municipal de Governo de Nova Friburgo, nos termos regimentais, para que tomem ciência quanto à **possibilidade, em caráter excepcional, de prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 37/2023**, bem como para que observem as seguintes **DETERMINAÇÕES**, sendo certo que o seu cumprimento poderá ser objeto de apuração futura por parte deste Tribunal de Contas:

a) certifique-se de que os editais contenham informações precisas e coerentes, de modo a evitar equívocos ou dificuldade de interpretação por parte dos potenciais licitantes;

b) observe integralmente, em certames futuros, o disposto na Súmula TCE-RJ nº 13, limitando a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional a até 50% dos quantitativos licitados das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Quando, excepcionalmente, for necessário ultrapassar o limite estabelecido, deverá ser previamente providenciada a necessária justificativa técnica;

Processo: 5561/24
Data: 05/08/24
Fl.: 1706 Rubrica 

IV – pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos regimentais, ao atual titular do Órgão Central de Controle Interno do Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da presente decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90.

V – pela **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** à Representante, para que tome ciência desta decisão.

GC-5,

MARIANNA M. WILLEMANN
CONSELHEIRA-REVISORA
Documento assinado digitalmente